



O PROTESTANTISMO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE COMO INICIATIVA E TESTEMUNHO DOS CONTRATADOS ANGOLANOS

PROTESTANTISM IN SÃO TOMÉ AND PRÍNCIPE AS AN INITIATIVE AND TESTIMONY OF ANGOLAN CONTRACT WORKERS

Jaider Batista da Silva ¹

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4303-0682>

Resumo

Ao final do século XIX e início do século XX, missões protestantes americanas, canadianas, inglesas e suíças se estabeleceram em todo o território de Angola, então colónia de Portugal. Eram dedicadas somente ao trabalho social e de evangelização dos nativos de Angola, enquanto a Igreja colonial, católica, cuidava em suas paróquias dos colonos brancos. Foram muitos os limites impostos à ação protestante até a queda da monarquia em 1910, quando a República, com a Lei de Separação entre Igreja e Estado, em 1911, trouxe medidas liberalizantes, entre elas a permissão para a construção de templos. As limitações anteriores impuseram às missões investir em escolas, hospitais e fazendas, além de oficinas de fabrico de diversos materiais e equipamentos. Além de melhorar as condições de vida das populações alcançadas pelas missões, o acesso a esses serviços resultou na formação de liderança autóctone. Pastores foram formados e ordenados, com reconhecida competência intelectual e autoridade, enfermeiros, gestores, professores participavam de reuniões amplas fora do território de sua etnia e língua, viajavam para o Exterior, onde faziam representação dos seus povos, e constituíram uma primeira base intelectual nativa com visão dos males da colonização e das possibilidades de se construir uma nação independente. Ainda que composta por nativos alfabetizados e capazes de fazer o diálogo entre as culturas e as camadas sociais que constituíam a sociedade angolana da época, essa liderança não estava imune a ser tomada à força pelo governo colonial para os seus propósitos, para serem serviçais dos fazendeiros portugueses em Angola ou para serem “contratados” para a colónia de São Tomé e Príncipe. O jornal *O Estandarte* registou diversos episódios, entre 1933 e 1961, desse “recrutamento” forçado de pessoas, formalmente livres, ligadas às missões protestantes. E, surpreendentemente, nos locais aonde foram levados, em condição de semiescravidão, vários desses contratados pro-

¹ E-mail: jaiderbatista@uol.com.br. Doutor em Estudos da Religião e Teologia pela Universidade Metodista de Angola, Luanda.

testantes exerceram liderança, assumiram a denúncia de maus-tratos e investiram na organização dos angolanos nessa diáspora forçada. Neste artigo, está registada a criação da Igreja Evangélica de São Tomé e Príncipe, não por esforço missionário estrangeiro, mas pelos contratados angolanos, em situação de semiescravidão.

Palavras-chave: Protestantismo em São Tomé, Evangélicos em São Tomé, “Contratados” evangélicos

Abstract

At the end of the 19th and beginning of the 20th centuries, American, Canadian, English, and Swiss Protestant missions established themselves throughout the territory of Angola, then a Portuguese colony. They were dedicated solely to social work and the evangelization of the Angolan natives, while the colonial Catholic Church cared for the white settlers in its parishes. Many limits were imposed on Protestant action until the fall of the monarchy in 1910, when the Republic, with the Law of Separation between Church and State in 1911, brought liberalizing measures, including permission for the construction of temples. The previous specifications imposed on the missions the need to invest in schools, hospitals, and farms, as well as offices for the manufacture of various materials and equipment. In addition to improving the living conditions of populations within reach of the missions, access to these services led to the formation of autonomous leadership. Pastors were trained and ordained, with recognized intellectual competence and authority; nurses, managers, and teachers participated in broad meetings outside the territory of their ethnicity and language, traveled abroad, where they represented their people, and constituted an initial native intellectual base with a vision of the evils of colonization and the possibilities of building an independent nation. Although literate and capable of engaging in dialogue between the cultures and social strata that constituted Angolan society at the time, this leadership was not immune to being forcibly taken by the colonial government for its purposes, to be servants of Portuguese farmers in Angola, or to be “hired” for the colony of São Tomé and Príncipe. The newspaper *O Estandarte* recorded several episodes, between 1933 and 1961, of this “recruitment” imposed on formally free people linked to Protestant missions. And, surprisingly, in the places where they were taken, in conditions of semi-slavery, several of these hired Protestants exercised leadership, denounced mistreatment, and invested in organizing Angolans in this forced diaspora. This article documents the creation of the Evangelical Church of São Tomé and Príncipe, not through foreign efforts, but by Angolan contract workers in a situation of semi-slavery.

Keywords: Protestantism in São Tomé, Evangelicals in São Tomé, Evangelical “contract workers”

Introdução

O protestantismo em Angola e em São Tomé e Príncipe não pode ser compreendido apenas como fruto da ação missionária estrangeira. Ele se desenvolveu em meio a tensões coloniais, perseguições religiosas e ao sistema de trabalho forçado que marcou a vida de milhares de angolanos. A transição da escravidão para o regime dos “contratados” criou uma diáspora compulsória que levou homens e mulheres para as roças de cacau em São Tomé, onde, em condições de se-

miescavidão, muitos deles se tornaram líderes espirituais e comunitários. Este artigo busca analisar como esses contratados protestantes, arrancados de suas aldeias, foram capazes de transformar sofrimento em testemunho, organizando comunidades de fé e fundando a Igreja Evangélica em São Tomé e Príncipe. Mais do que uma história religiosa, trata-se de um capítulo da resistência cultural e política contra o colonialismo português. Este artigo tratará de quatro temas: está organizado em quatro seções principais: na primeira, analisamos o protestantismo em Angola e o sistema dos contratados, destacando o papel das missões e a imposição do trabalho forçado; na segunda, abordamos a diáspora angolana em São Tomé e Príncipe, com foco nas condições de vida e nos testemunhos de resistência; na terceira, discutimos a fundação da Igreja Evangélica em São Tomé, fruto da ação dos próprios contratados; e, por fim, apresentamos as perseguições, a solidariedade e o legado desses trabalhadores, ressaltando sua contribuição para a identidade religiosa e política das ilhas.

Protestantismo em Angola e o sistema dos “contratados”

Na segunda metade do século XIX, a escravidão, como instituição e sustentáculo da economia, entrou em declínio, sob forte pressão, principalmente britânica, para cessar o tráfico no Atlântico. Mas, Portugal conseguiu inovar o mecanismo de escravização e retardar o encerramento desse comércio de gentes. É quando institui o regime de trabalho forçado, que logo depois evoluiu para o dos “contratados”, em vez de escravizados (Nevinson, 2024, p. 2-6; Bender, 2011, p. 227-228). Henry Nevinson foi um jornalista britânico que reportou, em 1906, a situação dos contratados de São Tomé e Príncipe e acompanhou em terra e no mar a trajetória deles, arrancados das aldeias do Bié e de Malanje, em Angola, até as roças de cacau de São Tomé. No seu relato-reportagem *A Modern Slavery*, ele lembra que Portugal havia abolido a escravidão em suas colônias em 1836, no governo liberal de Marques de Sá da Bandeira. A ação da frota de guerra inglesa a intercetar e confiscar navios negreiros no Atlântico travou aos poucos o tráfico para as Américas, mas entre Angola e São Tomé Portugal afirmava “respeitar o direito dos donos de escravos de Angola viajarem a São Tomé com os seus escravos”. Depois de chegar a São Tomé, esses donos tinham também o “direito” de se separar de seus escravos, de os vender na ilha. Somente em 1875, com a crescente pressão internacional, Portugal promulgou uma lei a extinguir a distinção entre escravos e libertos em suas colônias (Nevinson, 2024, p. 2).

Em São Tomé, os novos libertos não aceitaram retornar às roças de seus antigos senhores. Foi instituída, então, a figura dos serviçais, igualmente arrancados de Angola para o trabalho agrícola em São Tomé, como atesta também o relatório *O emprego do trabalho indígena na África Portuguesa*, do professor E. A. Ross, da Universidade de Wisconsin, EUA, apresentado à *Temporary Slavery Comission*,² da Liga das Nações, em 1924. O autor denuncia que se mudou o nome da

² A Comissão Temporária sobre Escravidão (TSC) foi criada pela Liga das Nações em 1924 com o objetivo de enfrentar os problemas relacionados à escravidão e ao tráfico de pessoas. Esse comitê marcou a primeira iniciativa oficial da

escravidão para manter-se a mesma condição (Ross *apud* Barradas, 2005, p. 198). O jornalista Nevinson conseguiu ampla divulgação de suas reportagens, o que levou a família Cadbury, da comunidade religiosa dos *quakers*, antiescravagista e dona da maior fábrica de chocolates do início do século XX, a interromper a importação de cacau de São Tomé - a empresa era responsável por consumir 40% da safra daquela ilha (Nevinson, 2024, p. 7).

Essa condição dos serviçais e dos contratados perdurou até o início das lutas de libertação, em 1961. Não serviu apenas para as roças de São Tomé, mas foi amplamente utilizada nas plantações dos europeus em Angola - do café ao algodão - e nas obras públicas, como a abertura de estradas. O recrutamento era brutal, desorganizava por completo a vida e a produção nas aldeias (Dodge, 2001, p.199; Hanson, 2011, p. 119-121; Barradas, 2005, p. 198). Paulo Jorge Quiteque Inglês, na sua tese de Estudos Africanos (2016, p. 118) aponta que no Planalto Central de Angola, diante do crescente recrutamento de jovens para o trabalho como contratados nas roças de São Tomé, os chefes tradicionais que haviam perdido poder depois da Guerra do Bailundo, de 1902, passaram a entregar os seus filhos para os missionários protestantes educarem nos internatos e, em troca, abriam as aldeias de suas gentes para a evangelização. O autor indica também que enquanto nas cidades a educação promovida pelo governo visava fazer os negros se tornarem portugueses, a educação protestante desenvolvia neles “autonomia para valorizar a sua própria cultura e identidade” (Inglês, 2016, p. 120).

Em 1946, Portugal alterou a designação de “colónia” para “província ultramarina”, confirmada em 1951, quando a Constituição foi revisada para extinguir a designação Império Colonial Português. O Ministério das Colónias passou a ser nomeado Conselho do Ultramar. O regime do Estado Novo português renomeou a divisão administrativa para evitar que internacionalmente Portugal fosse considerado uma potência colonial (Barradas, 2005, p. 201). A primeira colónia a adotar o novo estatuto foi a Índia Portuguesa. Angola, Guiné, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Macau e Timor passaram a ter esta designação em 1951. Em sua obra *The Ends of European Colonial Empires, Cases and Comparisons*, Miguel Bandeira Jerónimo e António da Costa Pinto denominam essa mudança de nomenclatura, de colónia para província, como “descolonização semântica” (Jerónimo & Pinto, 2015, pp. 54-56; 143-213); cf. também Rocha, 2019, p. 3). A professora metodista angolana Florinda Bessa, em seus diários publicados pelo missionário Cori-less Hanson, sob o título *The Ivory Necklace* (2011), conta:

Liga voltada especificamente para o tema, dando continuidade aos debates iniciados na Conferência Antiescravidão de Bruxelas, realizada entre 1889 e 1890. Ao longo de sua atuação, a TSC promoveu uma investigação em escala mundial sobre práticas de escravidão, tráfico de escravos e trabalho forçado. A partir desse levantamento, apresentou recomendações para combater tais abusos. O trabalho desenvolvido pela comissão abriu caminho para a Convenção sobre Escravidão de 1926 e contribuiu de forma decisiva para moldar a definição moderna de escravidão e exploração humana.

Lembro-me de quando todos foram obrigados a declarar que Angola era literalmente um estado português, da mesma forma que a Califórnia era um estado americano. Nós mordemos nossas línguas quando a conveniência política obrigou-nos a dizer que aqui também é Portugal. Angola é uma parte de Portugal. Simplesmente, não aceitávamos o fato de Angola fazer parte da nação portuguesa e sentimos que era moralmente errado um governo estrangeiro oprimir o povo em sua terra natal (p. 10).

O ano de 1953 foi marcado por convulsão social em São Tomé e Príncipe, com protestos dos trabalhadores forros contra a possibilidade de serem incluídos no recrutamento forçado. O governador Carlos Gorgulho respondeu com repressão ao movimento, tendo como resultado mais de mil mortes (Barradas, 2005, p. 202). Nessa ocasião (Conchiglia, 2019, p. 12), António Agostinho Neto escreve o poema *Massacre de São Tomé* e relaciona o sentimento gerado diante desse massacre de Batepá, de 3 de fevereiro, à formação, no mesmo ano, do Clube Marítimo, de estudantes com o apoio de trabalhadores africanos da marinha mercante em Portugal, que “simulava ocupar-se de desporto e lazer, mas era, na verdade, uma organização política”:

Massacre de S. Tomé (Para a Ilustre Amiga Alda Graça)

Foi quando o Atlântico pela força das horas
devolveu cadáveres envolvidos em flores brancas de espuma
e do ódio incontido das feras
sobre sangues coagulados de morte
As praias se encheram de corvos e de chacais
em fomes animais de carnes esmagadas na areia
da terra queimada pelo terror das idades
escravizadas em cadeias na terra chamada verde
que as crianças ainda chamam verde de esperança
Foi quando no mar os corpos se embeberam de vergonha e sal
nas águas ensangüentadas de desejos e fraquezas
Foi então que nos olhos em fogo
ora sangue ora vida ora morte
enterramos vitoriosamente os nossos mortos
e sobre as sepulturas reconhecemos
a razão do sacrifício dos homens [...] (Neto, 1974, p. 90-91).

É comum que as menções aos “contratados” apareçam nos relatos de São Tomé e Príncipe ou das plantações e abertura de estradas nos distritos do interior de Angola. António Agostinho Neto (1974, p. 5) consagrou a eles o seu poema ***Contratados***, que intercala cada descrição do sofrimento com o verso “*Mas cantam*”:

Longa fila de carregadores
domina a estrada
com os passos rápidos

Sobre o dorso
levam pesadas cargas

Vão
olhares longínquos
corações medrosos
braços fortes
sorrisos profundos como águas profundas

Largos meses os separam dos seus
e vão cheios de saudades
e de receio
mas cantam

Fatigados
esgotados de trabalhos
mas cantam

Cheios de injustiças
calados no imo das suas almas
e cantam

Com gritos de protesto
mergulhados nas lágrimas do coração
e cantam

Lá vão
perdem-se na distância
na distância se perdem os seus cantos tristes

Ah!
eles cantam...

O missionário em Angola Ralph Dodge, que posteriormente veio a ser Bispo metodista, no seu diário (2001, p. 199-200) carrega na crítica social. Conta que, pelos idos de 1947, em Mufuque, nos Dembos, na época da colheita de café, na falta de trabalhadores, o sistema de trabalho forçado dos portugueses permitia aos colonos entrarem nas sanzalas e retirar “na rusga” todos os homens e até mulheres grávidas ou que estivessem amamentando. Os alunos mais adiantados da escola da missão também tinham de parar os estudos para irem à colheita dos brancos. Todo o trabalho nas aldeias era deixado de lado e ficava “o ressentimento de terem desperdiçado as suas próprias produções enquanto colhiam as dos europeus.” Ele narra que isso ficou profundamente marcado para os africanos, que “por prudência estavam limitados de se manifestar abertamente”. Dodge confirma que qualquer negro que se opusesse ao trabalho forçado na produção dos brancos era preso e deportado para São Tomé, “para trabalhar toda a vida nas plantações de cacau, às vezes pagando a resistência com a própria vida.”

O jornal *O Estandarte*, dos negros protestantes de Angola, fez vários registos relativos ao trabalho forçado dos “contratados”, principalmente dos que eram enviados a São Tomé e Príncipe.

O relato do funeral de um contratado em São Tomé (AALC, 1944 [jun. e jul.], p. 2), Brito Mateus, morto pela tuberculose, aponta que ele era muito querido do povo local, que pagou todas as despesas do enterro. Descreve que ele chegou a São Tomé deportado de Angola “por malquerenças religiosas de uns”. Ou seja, o facto de ser protestante determinou o seu envio como contratado. A condição de contratado era de alto risco. As estatísticas da época indicam que mais de 35% dos contratados morriam somente entre o recrutamento e o trânsito terrestre e marítimo e essa mortalidade continuava alta durante os anos de trabalho em São Tomé, reduzindo muito a possibilidade de retornar a Angola e à família (Santos, 2009, p. 85-157). Ainda dos contratados, a edição de abril de 1951 traz a história de *Kapangue - o desesperado*, que foi levado de Malange para o sistema de contrato em São Tomé, onde permaneceu quatro anos e meio naquele sofrimento. No retorno, ao se apresentar às autoridades coloniais, ávido por seguir para a família, soube que teria de prestar mais tempo como contratado em outra fazenda, desta vez em Angola (De Almeida, 1951 [meio], p. 2).

Em vez de cumprir a ordem, ajeitou com um comerciante para o ter como servente em casa, o que permitiu a ele voltar para o convívio da família e cuidar das lavras. Mas, quando a mulher adoeceu e precisou de tratamento, ele se apresentou às autoridades, que informaram a Luanda, para onde teve de ir cumprir prisão, sendo solto depois de dois meses. Passou na casa do Reverendo Gaspar de Almeida ainda mostrando-se muito assustado e dizia: sofrimento não acaba. Animado pelo pastor com as palavras: “o amor não falha”, ficou mais calmo, as rugas desapareceram e ele seguiu o caminho de volta para a família, agora livre. O pastor conclui o texto pedindo oração “para milhares de pessoas que, estando debaixo de grandes sofrimentos, perderam toda a esperança de se tornarem livres.”

A diáspora angolana e a fundação da Igreja Evangélica em São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe foi constituída desde o seu povoamento, como colónia de Portugal, em relação umbilical com Angola. Gerhard Seibert (2015) descreve que diferentemente de Cabo Verde e Angola, em São Tomé não havia os “brancos da terra”, pois “todos viviam temporariamente nas ilhas, durante os anos de serviço [...] depois regressavam a Portugal.” O autor regista que a introdução do café e do cacau em São Tomé, após a Independência do Brasil, foi seguida da abolição da escravatura em 1875, o que levou Portugal a criar a categoria dos serviçais. Esses serviçais, levados de Angola, Cabo Verde e de Moçambique para as plantações de São Tomé ficaram conhecidos como “contratados”. Em 1921, a população de São Tomé e Príncipe alcançou “59.055 pessoas, sendo 44.501 contratados.”³

De Carvalho (1978, p. 162-168) descreve a chegada dos primeiros “contratados” protestantes de Angola, das Missões de Hualondo e Chilessó (ambas no Bié) a São Tomé em 1917. Silivondela

³ Um estudo ainda mais amplo veja o estudo de Gerhard Seibert (2006).

e Chanja conheceram-se já no “navio negreiro”, onde começaram a cantar hinos e a ler a Bíblia. Pelo relato de Henderson (2001, p. 60), Raimundo Silivondela já era um ancião ao chegar a São Tomé, pois é incluído numa lista de 1894, dos primeiros crentes e líderes da Missão Cristã em Muitas Terras ou Assembleia dos Irmãos, em Hualondo. O relato destaca que naquela localidade a missão era dirigida por um casal negro oriundo da Jamaica. Não fica claro se o que levou Silivondela à condição de contratado em São Tomé foi a perseguição religiosa. Os registos demarcam a sua disciplina e a sua liderança: levava consigo um Novo Testamento e um hinário, dos quais fazia cópias manuscritas à noite, depois do dia de trabalho extenuante. Passou a reunir os colegas para o ensino bíblico e cultos. Mesmo a sofrerem muita perseguição dos seus chefes de plantação, quando Chanja foi repatriado a Angola, em 1924, já se contavam em 300 os crentes organizados nas ilhas.

Henderson (2001, p. 111-113) regista outros contratados angolanos na origem do protestantismo em São Tomé. Conta que no período da Primeira Guerra Mundial (1914-1917), um jovem por nome Samusili, da aldeia de Kamapenda, no baixo Sambo, Huambo, foi recrutado para o trabalho nas roças de cacau de São Tomé, que “era sinónimo de morte, destruição e inferno para os africanos”. Samusili era o responsável por esvaziar os sacos de feijão que eram enviados de Angola. Um dia, para sua surpresa, junto com o feijão caiu do saco um livro por título *Ovikanda*, que ele descobriu ser o *Novo Testamento* escrito em sua língua, o Umbundu. Lá, teve contato com outro trabalhador que lhe falou de Jesus. Esse trabalhador foi transferido, mas Samusili se tornou um estudioso daquele livro e declarava: “eu senti que Deus havia falado comigo e me dado um novo coração.” Nesse tempo, chegaram dois outros cristãos que lhe fizeram companhia no estudo e nas orações: Chitumbo, de Chilessso, e um metodista de Malanje. Samusili fazia economias para comprar lápis e papel e dedicava-se a fazer cópias de partes do livro em que havia descoberto sobre Jesus, espalhando-as entre os trabalhadores das roças. Uma noite, o capataz da roça atacou o quarto de Samusili, queimando os papéis e os lápis, além de proibir os cânticos, orações e reuniões de estudos. Mas, quando Samusili teve a oportunidade de retornar a Angola, recusou: “aqui em São Tomé eu encontrei Cristo. Aqui eu quero permanecer para ajudar outros a O encontrarem também” (Henderson, 2001, p.113). Consta que Samusili e a sua esposa permaneceram por toda a vida como pilares da igreja em São Tomé. A história do *Novo Testamento* caído do saco de feijão, atribuída por Henderson a Samusili, vai aparecer mais tarde no jornal *O Estandarte*, num relato do pastor Júlio João Miguel, como tendo ocorrido com Silivondela.

O Estandarte fez cobertura das actividades da Igreja Evangélica de São Tomé com atenção. Em janeiro 1948, no texto *Silêncio ou desfalecimento?* que indicava preocupação com as dificuldades do jornal, são mencionados “os irmãos de São Tomé alcançados pela leitura de *O Estandarte*” (S. N., 1948 [jan.], p. 2). A noticiar o Natal de 1949 em São Tomé (1950, [mar.], p. 3), o jornal recorre à carta recebida do irmão António Lourenço Aires de Carvalho (algumas matérias trazem o nome grafado como Ayres), angolano protestante, funcionário do governo naquela colónia. Na noite de

Natal, Aires de Carvalho reuniu em sua casa os contratados, irmãos na fé - ele destaca os de Nambuanguo - para louvar a Deus. No dia de Natal, em companhia desses contratados, foi visitar os leprosos, tuberculosos doentes nos isolamentos e doidos; foram também às prisões. Nesses lugares, distribuíram comida preparada em casa, com muitos folhetos evangélicos. Por falta de pastor, não houve programação de Natal na igreja. A perseguição aos crentes contratados pelos administradores das Roças, especialmente na ilha do Príncipe, é denunciada na edição de agosto de 1950, que destaca o facto de o Reverendo Rogério da Conceição e Silva já ter levado essa situação ao conhecimento das autoridades, para que assegurassem a liberdade religiosa e os direitos fundamentais (S.N., 1950 [ago.], p. 3).

Testemunhos oculares: as histórias de Silivondela, Chanja e Samusili

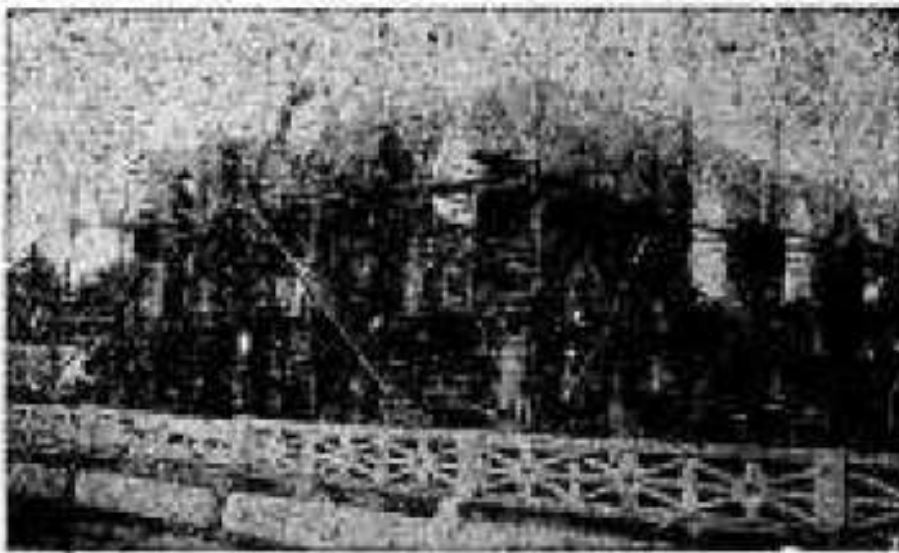
A história de Chanja e Silivondela, os serviçais do Bié que levaram a fé evangélica para São Tomé é contada na edição de setembro de 1950, que reporta já haverem milhares de crentes ali (S. N., 1950 [set.], p. 4). O Reverendo Júlio João Miguel descreve sob o título *São Tomé e suas necessidades* (1952 [jan.], p. 1) “fomos nós os negros contratados de Angola que plantamos lá o evangelho de Salvação [...] e fizemo-lo na hora mais amarga da nossa vida” e cita “um Novo Testamento, cochichado de ouvido em ouvido entre os contratados, caiu de um saco de feijão e achou-o Silivondela [...] que se tornou o João Batista nas Roças de São Tomé.” O autor conta os sacrifícios feitos pelos contratados para comprarem a primeira casa a servir de igreja, por vinte mil escudos, que foi demolida pelo governo para ampliação da Avenida Marginal. E destaca que “o governo generoso do major Gorgulho cedeu outro terreno ao irmão Ayres de Carvalho, arrumou certo material. E o resto?” O pastor fala, então, da campanha da Aliança Evangélica de Angola para conseguir 50 contos para ajudar na construção do templo de São Tomé (Figuras 2 e 3). É de se destacar que esse governador Gorgulho é o mesmo que promoveu, no ano seguinte, 1953, o Massacre de São Tomé, com mais de mil mortos (Barradas, 2005, p. 202). Essa campanha de arrecadação é apresentada também com um orçamento de 350 contos (S. N., 1952 [mar.], p. 2). Uma comissão foi criada e o seu presidente, Reverendo J. Rosa Baptista pede às Igrejas de Portugal e de Angola contribuírem. Às de Angola, a comissão solicita 25 contos imediatos e o jornal publica uma lista de pessoas e igrejas que já começaram a contribuir. O apelo é feito em nome de 2.500 crentes, “na sua maioria nossos conterrâneos, que foram daqui como contratados.”

De novo o Natal foi noticiado (De Carvalho, A L. A., 1952 [mar.], p. 3)., com mais de 500 pessoas no culto, mantida a distribuição de alimentos aos doentes, abandonados e presos. O informe do irmão Ayres aponta que muitos enfermeiros no Hospital Central ajudaram na distribuição dos alimentos e dos folhetos evangélicos. Os metodistas, reunidos na Conferência Anual em Luanda decidiram fazer do primeiro domingo de setembro em todas as congregações, o Domingo de São Tomé, para a ação de graças pelo trabalho evangélico naquelas Ilhas, com levantamento de ofertas para a construção do templo (Da Redação, 1952 [jul.ago.set.], p. 4; 1953 [jul.], p. 4). Dessa

campanha, decorre a visita do Reverendo Tucker, da AEA, e sua esposa a São Tomé. Uma carta do irmão Ayres de Carvalho é publicada a descrever o progresso da construção do templo e o quanto do avanço se devia àquele casal. Ao fim da carta, ele destaca o pastor Rosa Baptista e o secretário do Conselho da Igreja de São Tomé, Augusto Albuquerque (De Carvalho, A L. A., (1953 [ago.], p. 3). Este Augusto Albuquerque está na origem da recusa ao pastor nativo angolano enviado pela Missão Metodista para São Tomé posteriormente, pois ele quis um pastor europeu. O Bispo Emílio de Carvalho o denuncia como racista (1978, p. 167-168).

Relatório da construção do templo, com foto a mostrar o avanço, foi publicado com a assinatura do irmão Ayres de Carvalho (De Carvalho, A L. A. (1954 [out., set., dez.], p. 7) (Figura 1).

Figura 1: “Templo evangélico em construção” , 1954



Fonte: De Carvalho, A L. A. (1954 [out., set., dez.], p. 7

Com esforço pode se ver o primeiro andar em construção.⁴ Nascido em Luanda e educado na Escola da Missão Metodista, pelo casal Shields, Aires de Carvalho cedo tornara-se Secretário Geral da Curadoria, em São Tomé. Em 1956, *O Estandarte* noticiava na capa a morte dele, lembrava que os contratados o chamavam de O Santo Homem e lamentava que ele não tivesse visto o templo concluído (De Almeida, 1956 [maio, jun.], p. 1 e 3). Uma carta da Aliança Evangélica de Angola, apelava (Aliança Evangélica, 195 [nov., dez.], p. 2) que dentre as obras cooperativas das Missões em Angola, São Tomé fosse destacada com o esforço para se enviar dois pastores e concluir o templo. Em texto de capa, em memória do Rev. Dr. John T. Tucker (1958 [abr., maio.], p. 1) é

⁴ Uma comparação dos templos metodistas de S. Tomé e da Igreja Central Metodista em Luanda evidenciam a semelhança (Figura 4).

destacado o empenho dele na construção do templo da Igreja Evangélica em São Tomé. Em janeiro de 1961, *O Estandarte* republicou o texto do Rev. Júlio João Miguel de oito anos antes, a descrever as necessidades de São Tomé, com foto do pastor Júlio Francisco Muehombo e de sua esposa Sofia Eiúva, que seguiram para atender à Igreja nas Ilhas (S. N. 1961 [jan.], pp. 1 e 3). A mesma edição traz texto do pastor Muehombo, *Meu Testemunho* (1961 [jan.], p. 6), com historial do seu percurso ministerial, a declarar a sua satisfação de estar de mudança para São Tomé. A edição de abr.mai. de 1961 noticia as festas de Páscoa na Igreja de São Tomé (Francisco, 1961 [abr. e maio], p. 5 e 6).

Henderson (2001, p. 113) aponta o pastor José Cristiano e a esposa, metodistas, como os primeiros enviados da Aliança Evangélica de Angola, em 1952, para o pastoreio da igreja nascente em São Tomé. É o primeiro registo de apoio institucional ao trabalho iniciado diretamente pelos contratados. Esse casal foi substituído em 1960 pelo pastor Júlio Francisco e esposa, da Missão do Chilessó, no Bié. De Carvalho (p. 162-168) designa São Tomé como “filho espiritual dos cristãos evangélicos de Angola”. Um acontecimento alteraria por completo a relação de apoio dos evangélicos de Angola aos de São Tomé: o início da guerra anticolonial em Angola. A última edição do jornal *O Estandarte*, da série iniciada em dezembro de 1933, foi a de junho de 1961. Seus dirigentes já estavam presos pelo governo colonial, que havia estrangulado por completo a capacidade do jornal manter-se em funcionamento. A capa desta última edição faz um destaque otimista da orientação do papa João XXIII de abrir e reforçar as estruturas indígenas na Igreja, realça a importância da formação de um “clero indígena” e de estabelecer hierarquia autóctone na Igreja. Nas cartas dos leitores, aparece o elogio a um editorial do ano anterior contra o tribalismo (1960 [nov.dez.], p. 2 e 5), outra é direta: “cá me foi apresentado um jornal, *O Estandarte*, por um irmão de raça preta chamado Cerqueira. Eu também quero ser assinante, porque na verdade traz muitos ensinamentos.” Mas, não havia como evitar que o clima de encerramento fosse exposto. O redator pede desculpas a um leitor de São Tomé por não publicar o artigo enviado, “não por causa das ideias nele exaradas, mas por não ser propício.” Dessa forma, a perseguição do governo colonial à Igreja Metodista em Angola interditou o apoio aos crentes de São Tomé e o fechamento do jornal fez cessarem as informações. Um dos angolanos a pastorear a Igreja Evangélica em São Tomé (de 1956 a 1959), o metodista Sebastião João Rodrigues, foi morto pelo governo colonial português no início da luta de libertação, em Bulatumba (Quibaxi). Em fevereiro de 1963, a Aliança Evangélica de Angola concordou em “entregar a responsabilidade total do trabalho” de São Tomé à Assembleia de Deus, de Lisboa (De Carvalho, 1978, p. 162-168).

Considerações finais

A experiência dos contratados protestantes angolanos em São Tomé e Príncipe demonstra como a fé evangélica foi transformada em instrumento de resistência e organização comunitária. Em meio à violência do recrutamento forçado e às duras condições das plantações, esses homens

e mulheres criaram redes de solidariedade, denunciaram abusos e fundaram instituições religiosas que sobreviveram às perseguições coloniais. A Igreja Evangélica em São Tomé não nasceu de missões estrangeiras, mas da ação de trabalhadores submetidos à semiescravidão, que converteram sofrimento em testemunho coletivo. O legado desses contratados ultrapassa o campo religioso: ele contribuiu para a formação de uma consciência crítica sobre a colonização e para a afirmação de uma identidade própria, que uniu fé, cultura e luta por liberdade. Assim, o protestantismo em São Tomé e Príncipe deve ser reconhecido como parte essencial da história da resistência africana ao colonialismo português, revelando que mesmo em contextos de opressão extrema, a espiritualidade pode se tornar força de emancipação e esperança.

Referências bibliográficas

- Aliança Evangélica (1956 [nov., dez.]). Da Aliança evangélica. *O Estandarte* 23(237 e 238), 2.
- Barradas, A. (Ed.). (2005). *Agostinho Neto, uma vida sem tréguas: 1922 - 1979*. Lisboa - Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto.
- Bender, G. J. (2009). *Angola sob o domínio português: Mito e Realidade*. Editorial Nzila: Luanda.
- Blake, Paul A. (2020). *Angola colonial fotografada por missionários metodistas / Colonial Angola photographed by methodist missionaries*. Luanda: Fundação António Agostinho Neto
- Bloch, M. (1997). *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio: Jorge Zahar.
- Boxer, C. R. (1969). *O Império Colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70.
- Conchiglia, A. (2019). *Agostinho Neto, da guerrilha aos primeiros anos da Independência*. Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto.
- De Alencastro, L. F. (2000). *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul - Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras.
- De Almeida, G. (Ed.). *O Estandarte* (1933-1961), jornal, Luanda.
- De Almeida (1951 [maio]). Kapangue - o desesperado. *O Estandarte* 18(171), 2.
- De Almeida, G. (1956 [maio, jun.]). António Carlos de Carvalho. *O Estandarte* 22(231 e 232), pp. 1 e 3.
- De Almeida, G. (1958 [abr., maio]). Translado para Jerusalém excelsa o Rev. Dr. John T. Tucker. Tomé. *O Estandarte* 22(231 e 232), pp. 1 e 3.
- De Carvalho, A. L. A.⁵ (1950 [mar.]). Pelas igrejas evangélicas. *O Estandarte* 17(157), 3.
- De Carvalho, A. L. A.⁶ (1952 [mar.]). Notícias de São Tomé: natal de 1951 *O Estandarte* 19(181), 3.
- De Carvalho, A. L. A. (1953 [ago.]). De S. Tomé. *O Estandarte* 20(198), 3.

⁵ Nesse relato assina com A. C.

⁶ Nesse relato assina com Ayres de Carvalho.

O protestantismo em São Tomé e príncipe ... iniciativa e testemunho dos contratados angolanos

De Carvalho, A. L. A. (1954 [out., set., dez.]) Conferência Anual (Ramo Metodista). *O Estandarte* 22(212, 213, 214), 7.

De Carvalho, A. L. A.⁷ (1961 [jun. e jul.]). Brito Mateus. *Estandarte* 11(99 e 100), 2.

De Carvalho, E. J. M. (1995). *A Igreja Africana no centro da sua História*. Portugal: Núcleo.

De Carvalho, E. J. M. (2004). *Notas sobre O Estandarte*. Luanda: mimeografado.

De Carvalho, E. J. M. (1978). *Ouçó os passos de milhares*. Luanda: IMUA.

Diversos. (2023). *Agostinho Neto, símbolo do nacionalismo angolano*. Luanda: Revista do Memorial António Agostinho Neto.

Dodge, R. E. (2001). *O Bispo Revolucionário*. Luanda: Ponto Um.

Francisco, J. (1961 [abr. e maio.]). Meu testemunho. *O Estandarte* 27(288e 289), 5 e 6.

Hanson, C. V. (2011). *The Ivory Necklace*. EUA.

Henderson, L. W. (2001). *A Igreja em Angola: Um rio com várias correntes*. Lisboa: Editorial Além-Mar.

Inglês, P. J. Q. (2016). *Reconfiguração Social em Angola: ordem local e cotidiano pós-conflito*. Tese de doutoramento no Instituto Universitário de Lisboa.

Jerónimo, M. B.; Pinto, A. C. (Eds.) (2015). *The Ends of European Colonial Empires, Cases and Comparisons*. New York: Palgrave Macmillan.

Miguel, J. J. (1952 [jan.]). São Tomé e suas necessidades. *O Estandarte* 19(179), 1.

Miguel, J. J. (1952 [jul., ago. set.]) Conferência Anual (Ramo Metodista). *O Estandarte* 19(185, 186, 187), 1 e 3.

Muehombo, J. C. (1961 [jan.]). Meu testemunho. *O Estandarte* 27(285), 6.

Neto, A. A. (1974). *Sagrada Esperança*. Lisboa: Sá da Costa.

Neto, M. C. (1997). *De escravos a serviços, de serviços a contratados: omissões, percepções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial*. *Caderno de Estudos Africanos*, 33. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

Neto, M. C. (2010). *A República no seu estado colonial: combater a escravatura, estabelecer o "indigenato"*. *Ler História* 59, 9-28.

<https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1391>

Nevinson, H. (2024). *Uma escravidão moderna: reportagem sobre os serviços de São Tomé e Príncipe*. Cidade de São Tomé: Associação Tartaruga Sábida.

⁷ O relato é assinado por A A I C L. Deve se tratar de António Lourenço Aires de Carvalho.

Jaider Batista da Silva (2026).

Rocha, J. M. (2019). *Os jornais diários de Luanda em vésperas da guerra colonial. Ler História*, 74. Lisboa.

Santos, M. (2009). *A compra dos “contratados” para São Tomé - a fase do mercado livre: 1880-1903*. Porto: Centro de Estudos Africanos, Universidade do Porto: Edições Húmus Ltda.

Seibert, G. (2015). *Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social. Anuário Antropológico* 40(2), 99-120.
<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6699>

Seibert, G. (2006). *Comrades, Clients and Cousins Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*. Leiden e Boston, Brill. (Coletânea: African Social Studies Series, vol. 13).

S. N. (1948 [jan]) Silêncio ou desfalecimento? *O Estandarte* 15(138), 2.

S. N. (1950 [ago]) Igreja Evangélica de S. Tomé. *O Estandarte* 17(162), 2.

S. N. (1950 [set.]) O evangelho em S. Tomé. *O Estandarte* 17(163), 2.

S. N. (1952 [mar.]). Igreja Evangélica de São Tomé. *O Estandarte* 19(181), 2.

S. N. (1953 [jul.]) O domingo de “O Estandarte” e o de S. Tomé evangélico. *O Estandarte* 20(197), 4.

S. N. (1960 [nov., dez.]). Editorial Tribalismo. *O Estandarte* 23(237 e 238), 2 e 5.

S. N. (1961 [jan.]) S. Tomé evangélico e suas necessidades. *O Estandarte* 27(285), 1 e 3.

Umbelina, N. (2024). *Trabalho forçado no arquipélago de São Tomé e Príncipe - os serviços: da abolição da escravatura à generalização dos trabalhadores contratados (1853-1903)*. Oeiras, Portugal.

Referencias iconográficas

Figura 2: Antigo templo dos contratados da Igreja Metodista, visão frontal



Fonte: Fotografia do autor, 2026

Localizado na atual rua 3 de Fevereiro na capital São Tomé, o templo foi inaugurado no dia 1 de julho de 1962. Seguiu o padrão arquitetónico e as mesmas dimensões (20,40m x 11,40m) do primeiro templo da Igreja Metodista Central de Luanda. É possível observar que o nome Igreja Evangélica está escrito com letras em alto relevo do próprio reboco, enquanto o nome Assembleia de Deus foi acrescentado depois com tinta.

Figura 3: Antigo templo dos contratados da Igreja Metodista, visão lateral



Fonte: Fotografia do autor, 2026

Jaider Batista da Silva (2026).

Igreja Metodista Central de Luanda, o primeiro templo construído em 1914, quando a Lei de Separação entre Igreja e Estado, após a queda da monarquia e a proclamação da República em Portugal, permitiu aos protestantes construírem templos.

Figura 4: Igreja Metodista Central de Luanda



Fonte: Paul Blake [<https://paulblake.smugmug.com/Angola-Methodist-PhotosFotos-Metodistas-de-Angola>], 2026

Texto recebido em: 02-04-2026

Texto aceito em: 12-06-2026